

organização, em oposição aos espaços opacos. Já os espaços que comandam, seriam os possuidores das mais diversas funções diretoras, regulando uma determinada área territorial.

A urbanização é retomada no capítulo treze, com enfoque ao papel das cidades médias como encruzilhada das verticalidades e horizontalidades e o papel da vida metropolitana.

As cidades oferecem os meios para o consumo final das famílias e administrações e o consumo intermediário das empresas. Funcionam como entrepostos e fábricas, isto é, como depositárias e como produtoras de bens e serviços para elas próprias e para as circunvizinhanças. As cidades médias têm a função principal de fornecer a informação, imediata e próxima, requerida pelas atividades agrícolas modernizadas. Elas comandam o essencial dos aspectos técnicos da produção regional, deixando o essencial dos aspectos políticos para as aglomerações maiores, no país ou no estrangeiro, em virtude do papel dessas metrópoles na condução direta ou indireta do chamado mercado global. As grandes cidades são propícias a receber e acolher um imenso número de pobres, oferecendo-lhes alguma espécie de remuneração.

Finalmente, no último capítulo, são propostas questões como as divisões do trabalho superpostas que atuam no território usado, a constituição de um espaço corporativo a partir da lógica das empresas, que cobrem vastas porções espaciais e, sobretudo, o uso competitivo do território, com instabilidades, desvalorizações e revalorizações de nova natureza no território brasileiro.

A obra é enriquecida pela contribuição de oito temas, considerados como estudos de caso, de diversos autores. São eles: *Os sistemas de engenharia e a tecnicização do território. O exemplo da rede rodoviária brasileira*, de Marcos Xavier; *Telecomunicações, informática e informação e a remodelação do território brasileiro*, de Cilene Gomes; *Os sistemas de movimento do território brasileiro*, de Fabio Betioli Contel; *Sistemas técnicos agrícolas e meio técnico-científico-informacional no Brasil*, de Soraia Ramos; *Refuncionalização da metrópole no período técnico-científico-informacional e os novos serviços*, de Eliza Almeida; *Alguns nexos entre a atividade publicitária e o território brasileiro*, de Lídia Antongiovanni; *A nova divisão territorial do trabalho brasileira e a produção de informações na cidade de São Paulo (as empresas de consultoria)*, de Adriana Bernardes e *uma história de movimentos*, de Maria Angela Faggin Pereira Leite.

Os autores utilizam-se de muitos dados estatísticos para orientar as suas pesquisas, bem como de um conjunto de mapas que ilustra e engrandece os diversos assuntos tratados nessa obra, que procura explorar, de um modo bem amplo, a sociedade brasileira, tomando como base o território brasileiro.

ARRIGHI, Giovanni. A ILUSÃO DO DESENVOLVIMENTO. 4ª EDIÇÃO. Petrópolis: Vozes, 1998

Daniel de Souza Medeiros²

Em obra anterior - *O longo século XX* (1994), Giovanni Arrighi explorou a concepção *braudeliana* de uma economia estruturada em três andares - o da produção material, o da circulação ou mercado e o das altas finanças.

O trabalho de Arrighi que agora analisamos - *A ilusão do desenvolvimento*, refere-se a uma coletânea de artigos que, em nossa avaliação elucida a sua tentativa de "descer aos andares inferiores". A partir daí, o cerne da análise volta-se para as relações centro-periferia e as relações entre os proprietários dos fatores de produção.

Antes de qualquer consideração acerca dessa análise preliminar da obra de Arrighi, devemos tomar, como referencial balizador desse desafio, dois aspectos, que ele destaca, sobre os **Estados**. O primeiro refere-se ao papel da disputa entre os mesmos pela hegemonia econômica/política mundial. Em segundo lugar, existem diferentes categorias de Estados. A partir destas constatações, pode-se afirmar que os Estados considerados "industrializados" apropriam-se de uma parcela considerável dos benefícios da DIT (Divisão Internacional do Trabalho) e constituem os países do **núcleo orgânico** da economia capitalista mundial. Dentro desse grupo, destacam-se os EUA, Alemanha, França, Japão e Itália entre outros.

¹Aluno do Curso de Graduação em Geografia da FCT/UNESP/Presidente Prudente e bolsista CNPq. E-mail : dani.geo@bol.com.br.

Por outro lado, a maioria dos outros Estados que se apropriam apenas dos benefícios que são necessários para conservá-los nas relações de **troca desigual** (relações de poder político, econômico e cultural), constituem os Estados da chamada **periferia**. Há, finalmente, os Estados que ocupam posição intermediária nessa rede de troca desigual. São aqueles que colhem apenas benefícios marginais quando estabelecem relações de troca com os Estados do núcleo orgânico mas colhem grandes benefícios líquidos quando estabelecem relações de troca com os Estados periféricos. São definidos como os Estados **semi-periféricos**, também chamados de "semi-industrializados".

Por causa de sua posição hegemônica na hierarquia global de riqueza, os Estados do núcleo orgânico tornaram-se uma espécie de "espelho" para as nações da periferia e semi-periferia, ou seja, esses dois últimos grupos estão em constante luta para tentar "imitar" os padrões de riqueza dos primeiros.

Com isso, os governos da periferia e semi-periferia (Leste/Sul) passaram a agir em busca do tão almejado desenvolvimento econômico. Ao trazer para dentro de suas fronteiras algumas das características dos países mais ricos (Norte/Ocidente), como a **industrialização** e a **urbanização**, essas jurisdições esperavam capturar o segredo de seu sucesso e, dessa maneira, atingir outros níveis de riqueza e poder. Segundo Arrighi, devemos atentar para a possibilidade de abandono do postulado que se baseia na idéia de que industrialização é o equivalente de desenvolvimento.

Se assim o fosse, os atuais Estados semi e periféricos industrializados (como o Brasil, por exemplo), não estariam na condição de pobreza em que se encontram. Para comprovarmos isso, basta observar que os atuais países do núcleo orgânico estão passando por um nítido processo de desindustrialização e, no entanto, continuam ricos. Todo esse processo passou a ser apoiado e induzido pela política externa dos EUA. No entanto, criou-se um discurso desenvolvimentista/ilusionista de que o restrito grupo do núcleo orgânico é um "clubes aberto" a todas as nações que se interessarem em alcançar seu padrão de riqueza.

Num primeiro momento, muitos Estados fracassaram na tentativa de promover uma distribuição mais equitativa da riqueza na economia capitalista mundial.

Apenas um número restrito de países alcançou uma "mobilidade ascendente" na hierarquia da economia mundial, no último meio século, e são bastante raros e bem merecem a denominação de verdadeiros

"milagres econômicos". Para exemplificar, o autor remete-se ao caso do espantoso crescimento econômico do Japão e, em menor escala, o da Itália. Antes da Segunda Guerra Mundial, o Japão já apresentava uma importante estrutura industrial em sua economia. No entanto, o conflito internacional em que se envolveu arrasou a mesma.

Em 1949, a China experimentava, assim como a URSS em 1917, uma revolução socialista. Nesse contexto, os EUA, temerosos de que essas revoluções se alastrassem pelo mundo, ameaçando a sua hegemonia baseada no sistema capitalista, passaram a fazer maciços investimentos no Japão a fim de reconstruir sua economia para, nessa área, estabelecer uma "barreira" ao "avanço vermelho". Os norte-americanos se dispuseram a oferecer segurança militar aos japoneses e privilegiaram as trocas comerciais com esse país. Assim, todos os recursos disponíveis pelo governo japonês passaram a ser canalizados para a reestruturação/expansão da economia.

Concomitante a este processo, a década de 1960 foi marcada por o que Arrighi chama de a **crise da acumulação capitalista**, gerada pela competição inter-Estados da Europa (reconstruída pelo Plano Marshall) com os EUA. O Japão, beneficiando-se dessa "luta de titãs", faz a sua economia prosperar cada vez mais, marcando o seu ingresso no seletivo grupo orgânico. Para manter esse nível, criou o chamado **sistema de subcontratação de múltiplas camadas** caracterizado, principalmente, por descentralizar a produção interna e diminuir os custos com mão-de-obra, investindo nos países vizinhos do sudeste e do leste asiático, que ofereciam condições para exploração desse último fator. Dentre os que se beneficiaram dessa expansão do capital japonês, estão a Coreia do Sul, Hong Kong, Cingapura e Taiwan (Grupo dos Quatro) que, dados seus crescentes saltos econômicos, saíram da condição de Estados periféricos para ingressarem no grupo dos semi-periféricos.

Esse milagre econômico asiático restringiu-se somente ao Japão e ao Grupo dos Quatro.

Destacando o caso do Brasil, Arrighi desenvolve a questão de forma a comprovar que o que alguns denominaram de "milagre econômico brasileiro" dos anos 70, nada mais foi que uma "miragem", principalmente porque a economia do país (industrializado) somente cresceu nesse curto período de tempo e, fato importante, não trouxe desenvolvimento econômico para a maioria da sua população.

Por fim, a evidência mais visível de todo esse processo é que, depois de mais de trinta anos (período entre 1950-80) de várias tentati-

vas de se alcançar o desenvolvimento, são hoje, maiores do que nunca, as diferenças que separam a renda do Leste/Sul em relação ao Ocidente/Norte: O **fechamento** (comunismo - especialmente o caso da ex-URSS) ou **abertura** (democracias) aos circuitos globais do capital não parecem ter feito muita diferença em deter, quanto mais reverter, essa tendência geral de desigualdade, cada vez maior, da distribuição global de renda.

Segundo Roy Harrod, a definição do conceito de **riqueza oligárquica** (em oposição à **riqueza democrática**), como sendo o acesso restrito aos recursos disponíveis a uma minoria, permite compreender que a riqueza baseia-se na **exploração** e **exclusão** da maioria da população mundial. Assim, as oportunidades de progresso econômico, à medida que se apresentam para cada Estado, não constituem oportunidades equivalentes de progresso para todos eles, ou seja, "a riqueza de uns é a pobreza dos outros".

Finalmente, Arrighi trata da trajetória histórica do **marxismo** e o futuro papel do **socialismo** no cenário político-econômico contemporâneo. Partindo da premissa de que a história do capitalismo se desenvolveria segundo uma visão mecânica (determinada por Marx e Engels), o marxismo enganou-se. Segundo tal visão, o avanço da indústria capitalista e o conseqüente alastramento da penúria maciça do operariado, acarretariam uma situação revolucionária, dado o poder social alcançado pelos trabalhadores inseridos nesse quadro altamente contraditório. Tal processo se daria com o proletariado de todo o mundo. No entanto, ocorreu o inverso, pois enquanto os operários de uma determinada área desfrutavam de um maior poder social, outros (de lugares distintos) estavam em situação de extrema penúria. Pode-se, assim, dizer que tal previsão foi o principal erro do marxismo.

Embora os governos socialistas tenham demonstrado que o seu maior fracasso foi no âmbito econômico, é necessário ressaltar o peso político-militar que chegaram a assumir no cenário geopolítico mundial, além dos êxitos alcançados nas áreas da saúde e educação, disponíveis para os setores mais pobres da população.

Mesmo assim, Arrighi acredita que a união de forças entre socialistas ocidentais e os do Leste/Sul, diante do atual quadro econômico - marcado por verdadeiras "**ilusões de desenvolvimento**", possibilitaria a instauração de uma ordem mundial mais igualitária e justa.